

A imigração judaica no Amazonas

Jewish migration in the Amazon

Maria Ariadina Cidade Almeida
Mestranda, PPGH-UFAM
ariadinaalmeida@hotmail.com

Resumo: A imigração dos judeus para a Amazônia foi um tanto desprezada por parte da historiografia judaica, com exceção de trabalhos de cronistas, escritores literários, que registraram essa imigração sem uma preocupação historiográfica mais consistente. Não raro surgiam ora visões estereotipadas ora discursos apoloéticos, com relação ao judeu que imigrou e viveu nesta região. Tendo em vista que existem poucas produções historiográficas referentes às experiências sociais dos judeus no estado do Amazonas, procuramos através deste trabalho, entender como a convivência dos imigrantes dentro da comunidade amazonense, proporcionou um intercâmbio de valores, símbolos e signos de sua cultura com os demais grupos envolvidos. Para entendermos estas relações, fez-se necessário estudar elementos como cultura, memória e identidade.

Palavras- chave: Amazônia- Judaísmo- Identidade- Memória

Abstract: The immigration of Jews to the Amazon was a much despised by the Jewish historiography, except for works of writers, literary writers, who reported that immigration without a more consistent historiographical concern. Often stereotypes sometimes appeared apologetic speeches now, about the Jew who immigrated and lived in this region. Since there are few historiographical productions concerning social experiences of Jews in the state of Amazonas, we work through this, understand how the immigrants living in the Amazon community, provided an exchange of values, symbols and signs of their culture with others groups involved. To understand these relationships, it was necessary to study factors such as culture, memory and identity.

Keywords: Amazon-Jewish-identity-Memory

Ao longo do tempo as visões existentes sobre a região amazônica oscilaram entre o paraíso e o inferno. Essas representações correspondem a interpretações de cronistas viajantes que visitaram a região em vários períodos e ajudaram a forjar a imagem idílica ou sombria dos elementos naturais e humanos com que mantiveram contato. Assim, definir a Amazônia é segundo Djalma Batista (2007), senão o impossível, mas o exigente, visto que ela compreende uma área de exuberante diversidade animal e vegetal.

Mas, sua diversidade não se encontra apenas na vida animal e vegetal, mas, sobretudo populacional. Como parte do Brasil e herdeira do processo de miscigenação, a população

amazônica é composta por diferentes componentes étnicos, cuja influência se faz presente especialmente nas práticas culturais. Essa diversidade iniciou no período colonial, quando Portugal implementou uma operação visando colonizar e preservar a posse da terra, uma vez que naquelas circunstâncias a Amazônia já era alvo de cobiças internacionais.

Assim, os portugueses organizaram a exploração da região por meio do sistema de extração das drogas do sertão, em torno do qual estavam inseridos grupos de índios coletores que se dispersavam por vários lugares. A fim de suprir a falta de mão de obra existente, os colonizadores com ajuda de jesuítas passaram a recrutar a mão de obra dos nativos, que melhor conheciam a floresta. A população indígena se constituiu na principal mão-de-obra desse período, e a conseqüência foram os inúmeros conflitos entre indígenas e colonizadores.

A atividade coletora se tornou a base econômica da crescente população cabocla, o que não significou o abandono da agricultura, uma vez que ela, tanto para consumo local, quanto para exportação, existiu por toda Amazônia. Contudo, apesar do extrativismo representar a maior parte do setor econômico regional, Weinstein menciona que “a economia extrativa era altamente sensível a flutuações do mercado e a competidores mais eficientes; apenas quando a Amazônia deteve o quase monopólio de uma mercadoria de alta valorização é que foi lucrativo coletá-la em grande quantidade” (1993, p. 29).

Assentada aos moldes desse sistema de coleta arcaico surgiu a economia gumífera que se firmou no mercado regional a partir de 1850. O impacto demográfico e econômico desse novo negócio atingiu seu auge entre os anos de 1880 a 1910, quando entraram na Amazônia inúmeros estrangeiros. Assim como em outros lugares do Brasil, na Amazônia a propriedade fundiária era o principal meio de subsistência da classe superior tradicional, ficando para a comunidade dos estrangeiros a maior parte das atividades comerciais.

A trajetória judaico-marroquina é abordada por autores como Benchimol (2008), Bentes (1987), e Moreira (1972), cuja contribuição teórica é de grande relevância para a compreensão da presença judaica na região. O trabalho desses autores é uma síntese do processo migratório, ou seja, refere-se a quadros gerais que enfatizam o período pré-migratório, mostrando as condições de vida dos judeus, as motivações de ordem política, econômica que favoreceram a entrada desses imigrantes no Brasil, além de destacar o estabelecimento das primeiras famílias na região e os respectivos empreendimentos comerciais.

A imigração judaica aparece nos três autores associada à economia da borracha, à liberdade de culto e as expectativas que foram criadas com relação à região. A leitura de Benchimol (2008) e Bentes (1987) nos remetem ao exílio marroquino, quando os judeus espanhóis foram expulsos da península ibérica, até o sua chegada na Amazônia, considerada por Benchimol como a Canaã da Borracha. A visão que os autores fazem da diáspora é permeada por conotações religiosas, traçando um perfil figurativo, que se entrelaça com analogias bíblicas. O que não deixa de ser previsível e aceitável, uma vez que os autores são de origem judaica.

Para além dessas visões procuramos no universo simbólico, representativo os elementos que constituem a identidade cultural deste grupo tais como: festas, atividades produtivas, culinária, crenças, etc. Essa capacidade simbólica criada pelo homem é considerada por Cassire (1994), como marca distintiva da vida humana.

Não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo processo humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede e a fortalece. O homem não pode mais confrontar-se com a realidade imediatamente; não pode vê-la por assim dizer, frente a frente. (CASSIRE, 1994, p. 48)

O homem envolveu-se de tal modo em formas lingüísticas, imagens artísticas, símbolos míticos ou ritos religiosos que não consegue ver ou conhecer a não ser pela interposição desse meio artificial. “Em vez de lidar com as próprias coisas, o homem está de certo modo, conversando constantemente consigo mesmo” (Cassire, 1994, p.48). A comunidade judaica é composta especialmente por suas tradições, sem a qual é impossível compreendê-la

Ao chegar no Amazonas, esses judeus tornaram-se o “outro”, e esse outro também se encontrou com os “outros”, ou seja, os locais, que foram percebidos e perceberam os judeus enquanto um grupo culturalmente distinto. Fazendo uma analogia ao encontro entre europeus e indígenas, descrita por Todorov (1985), este outro, objeto do presente trabalho participou de um grande encontro interétnico, com as mesmas dimensões daquele (os outros), numa relação que redesenhou sua identidade enquanto grupo.

Assim, surgiu o ponto inicial da presente pesquisa, analisar a alteridade do grupo em questão. A alteridade, “é a imagem do outro não como a imagem que olhamos, mas como a imagem que nos olha e que nos interpela” (Larrosa, 1998 p.8). É neste sentido, que a cultura e a alteridade revelam muitas linguagens presentes no social, mas que se fazem invisíveis aos olhos e ouvidos, dado que nossa percepção encontra-se cativa de nosso pensar por princípios e valores de nossa cultura, tidos por nós como universais, verdadeiros, legítimos e únicos.

Os judeus que nasceram e viveram no interior do estado do Amazonas foram parte constitutiva da nossa pesquisa. Todavia, nosso interesse não estava em enfatizar apenas a saída das famílias judaicas desses municípios em direção as capitais Manaus e Belém, mas entender, as formas de organização empreendidas, as interações e dinâmicas sociais, as dificuldades existentes, especialmente de manter a tradição em lugares tão distantes.

Para o estudo da história do tempo presente, que corresponde aos séculos XX e XXI, a história oral realiza um alargamento das perspectivas analíticas, permitindo entender de um lado, as representações sociais e de outro as determinações, influências e interlocuções da realidade objetiva.

A história oral é uma prática construída em torno de pessoas, possibilitando uma atenção especial às maneiras de ver e sentir o cotidiano do entrevistado. Seu percurso metodológico de priorizar a subjetividade e a versão particular dos fatos se assemelha a micro-história de Ginzburg. Thomson (2002) destaca que “as narrativas dos migrantes evocam os “imaginários culturais” sobre os futuros locais de destino e explicam como estes imaginários são produzidos, disseminados, recebidos e usados”. As fontes orais, devidamente registradas compreendem esse universo que nos propomos a adentrar, pois suas histórias revelam cenas do cotidiano, ambiente familiar, relacionamento grupal e inter-grupal.

Não houve intenção neste trabalho de enfatizar eventos particulares ou, mesmo, processos políticos, mas, sim, reconstruir instituições que operavam naquele determinado recorte espacial-temporal e, no caso, social, e tentar explicá-las na sua específica dimensão isto é, na sua dinâmica própria, nas suas mudanças.

Essas instituições funcionam como agentes demarcadores de identidade, gerando uma acumulação de experiências, servindo de estratégias para salvaguardar a tradição, ou mesmo resignificá-la. Vale ressaltar que, apesar de sua objetividade, as instituições sofrem influências externas, das relações com o meio ou com outros grupos envolvidos. Assim, elegemos a

religião, a família, o trabalho e associações como as instituições que caracterizam o judaísmo amazonense.

A religião combina elementos acumulados no tempo, “herdados”, e elementos adquiridos nas diferentes trajetórias diaspóricas, geralmente sujeitos a uma reelaboração. Alguns são elementos relativamente estáveis, enquanto outros, relativamente mais dinâmicos. Fazendo parte deste universo religioso, destacam-se também as festas judaicas, que não fugiram aos rearranjos e adaptações.

A culinária marroquina, presente nas festas religiosas que em diversas circunstâncias precisou ser readaptada às condições amazônicas. “Na festa do yom-kipur precisávamos do grão- de- bico para preparar um prato parecido com a feijoada [...] como em Parintins não tinha, utilizávamos outro preparado por minhas tias que era feito de trigo e incremento com o tucumã”¹

Outro aspecto do judaísmo que merece destaque se refere ao rabino que virou santo entre os católicos de Manaus. Em 1908, rabinos marroquinos enviaram um representante, Shalom Emanuel Moyal, para fiscalizar o cumprimento das regras judaicas pelos imigrantes na Amazônia. Moyal morreu dois anos depois, provavelmente vítima da febre amarela. Zahra Aflalo², neta de Cota Israel, afirma que sua avó cuidou do rabino até sua morte, e depois do seu falecimento passou a ter o dom de curar enfermos. Não se sabe como se originou, porém seu túmulo passou a ser lugar de peregrinações.

Houve tentativas de traslado dos restos mortais de Moyal para Israel, porém isso causou grande mal-estar para os devotos do rabino. Isaac Dahan diz que “Não podemos nem sequer transferi-lo para o nosso cemitério que fica ao lado”. Sabe-se que no judaísmo, a crença em milagres tem caráter unicamente divino, porém existe a prática do culto tzadickin uma espécie de veneração aos rabinos que foi trazida do Marrocos e que se assemelha a práticas sincréticas e fetichistas de outras religiões.

Para os judeus de Manaus, Shalom Moyal é exemplo de conciliação e bom relacionamento entre as religiões no Brasil. O shaliach também reforçou a credence católica no santo ao ser questionado sobre as acentuadas diferenças existente entre catolicismo e judaísmo com relação a milagres: “a existência desse rabino que é tido como santo entre católicos nunca provocou nem um conflito na comunidade local? Não muito pelo contrario,

¹ Entrevista com Julia Cohen em 16/02/2010. O período relatado refere-se a década de 50 em Parintins.

² - Zahra é membro da comunidade judaica de Manaus, e tem 100 anos de idade.

eu acredito até que ele está nos abençoando muito. Viva ao santo milagreiro!” (Entrevista com Isaac Dahan, 2010). Isso mostra que a crença no santo milagreiro não corresponde apenas a uma prática da cultura popular católica, mas uma prática que ultrapassou os limites do judaísmo, ou seja, a fronteira étnica foi rompida e passou a fazer sentido fora do seu próprio grupo.

A família também é uma instituição que merece igual importância para a compreensão do judaísmo amazônico, pois, foi por meio desta que as práticas culturais foram transmitidas às gerações futuras, além de se constituir no espaço onde a religião, a língua, os ensinamentos e valores eram vivenciados pela coletividade. “Todas as festas eram realizadas em nossa casa. Meu pai era um grande representante do judaísmo em Parintins, e nossa família preparava todos os detalhes, as comidas, a casa.” (Júlia Cohen)

O comércio principal atividade exercida pelos judeus da terceira geração, tornou-se o lugar não só do intercâmbio de produtos, mas de idéias, padrões culturais, o espaço da convivência e onde as diferenças latentes, mostravam-se e eram percebidas.

A primeira lembrança que eu tenho dos judeus é da figura do comerciante, da época em que o extrativismo era uma prática constante e trocávamos produtos nativos por mercadorias. A figura do barco é muito presente em minha memória, não apenas do barco que transportava mercadoria, mas como a casa do judeu, o seu espaço de intimidade familiar³ (Sr. Benedito Manso, 2011)

A profissão de vendedor ambulante tornou os judeus conhecidos como regatões. Com suas embarcações, levavam mercadorias para vender nos distantes seringais em troca da borracha, castanha, bálsamo de copaíba, sorva, batata, e outros produtos nativos. Eles desafiavam o monopólio português, e o sistema de aviação, pois, vendiam suas mercadorias mais baratas e compravam os produtos diretamente dos seringueiros a preços mais altos. Aceitando o desafio de procurar novas oportunidades, esses judeus migraram para o interior dos estados do Amazonas e Pará, dentre os municípios de interior que receberam esses imigrantes judeus encontram-se Parintins, Tefé, Itacoatiara, Manacapuru e Maués.

³ - Entrevista realizada em fevereiro de 2011 com Benedito Manso, morador antigo do município de Parintins.

O regatão é analisado por trabalhos recentes⁴ como produto das condições precárias em que a Amazônia vivia antes da abertura dos portos ao comércio internacional. Ele era uma figura indispensável à população ribeirinha que vivia em lugares distantes e não podiam ir à cidade em busca de artigos e gêneros comerciais. Sob o ponto de vista comercial e produtivo, o trabalho do regatão economizava tempo e despesas aos inúmeros indivíduos que viviam da coleta de produtos extrativistas. Podemos dizer que essa modalidade de trabalho corresponde também ao atravessador, uma categoria indispensável no início do capitalismo moderno.

Assim, a experiência judaico-marroquina pode ser classificada como um processo de interação e reciprocidade, onde o ambiente cultural, social e familiar influenciaram diretamente a identidade do grupo. Os elementos herdados e adquiridos pela terceira geração se fazem presentes em manifestações corriqueiras, que evidenciam a resignificação da identidade. A organização familiar, geralmente patriarcal, pode ser apontada como principal estratégia para preservação da tradição, não deixando de omitir os casamentos mistos que foram inúmeros, e que representam parte das transformações pelas quais esta instituição não esteve isenta.

No que concerne as relações estabelecidas entre judeus e sociedade, podemos afirmar que essas relações, em sua maioria eram marcadas pela cordialidade, haja vista que no Brasil segundo o antropólogo Roberto da Matta⁵ (1979) as relações sociais são marcadas pelo critério da racialidade, o que logo favoreceu a inserção dos judeus na sociedade brasileira. Assim, não existem evidências empíricas de discriminação, exclusão e preconceito que tenham afetado os judeus amazonenses.

Com a imigração para a Amazônia, os judeus marroquinos trouxeram consigo um legado sociocultural que permanece ainda hoje, como parte da história desse grupo. Citamos como exemplo a *hakitia*⁶, onde os resquícios desse dialeto são encontrados entre os mais velhos nas comunidades do Amazonas e Pará. A permanência dos elementos culturais da tradição judaica foi um dos fatores mais significativos para a interlocução com o passado do narrador judeu.

⁴ - Ver Liberman. Os judeus na Amazônia séculos XIX e XX. USP, 2009 (Dissertação de Doutorado). Seguindo a análise de Benchimol em Eretz Amazônia (2008), a autora apresenta o regatão como consequência das relações sociais capitalista na Amazônia.

⁵ - Ver: MATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁶ - Língua românica e judaica, utilizada nos ambientes familiares

Sem uma tradição firmemente ancorada, toda a dimensão do passado é também posta em perigo. Estamos ameaçados de esquecimento de um tal olvido- pondo inteiramente de parte aos conteúdos que se poderiam perder- significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão, a dimensão de profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação. (ARENDDT, 1992: p. 131)

A tradição descrita por Arendt (1992) funciona como um fio condutor entre presente e passado, cujo reflexo se insere no contexto da própria existência humana. Todavia, essa dimensão só pode ser alcançada mediante o processo de rememoração, do contrário, estaríamos arriscando a profundidade da memória e da análise histórica. Assim, podemos destacar a tradição judaica como o principal elemento demarcador das identidades étnicas.

A religião como uma instituição atemporal, tornou-se o principal elemento identitário entre os judeus. Assim, na tentativa de compreender como os judeus e seus inúmeros descendentes constroem e mantêm sua identidade étnica em contextos onde as fronteiras étnicas conforme Barth (1998) tornaram-se instáveis e maleáveis permitindo muitos rearranjos e identidades sincréticas, procuramos analisar toda documentação encontrada, em especial as narrativas a partir das reflexões sobre cultura, considerando a pluralidade intra-étnica presente no judaísmo.

Para Geertz (1989), o conceito de cultura “denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expresso em formas simbólicas por meio dos quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (p. 103). Assim, é necessário procurar o significado de cada cultura em particular, pois, somente a partir dos símbolos e significados construídos por cada grupo é que os seus membros poderão se reconhecer e se identificar.

Não se pode perder de vista que a cultura é dinâmica, não está parada no tempo, acompanha o ritmo da vida e suas variantes, enfrentando, portanto, todos os conflitos, avanços, retrocessos e contradições. Cultura, assim, passa a ser um processo dinâmico e complexo, incluindo a maneira de agir, pensar, sentir e viver de um povo, com todos os seus valores e crenças, reelaborando continuamente seus símbolos e significados.

“Ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma “produção” que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação. Esta visão problematiza a própria autoridade e a autenticidade que a expressão “identidade cultural” reivindica como sua.” (Hall, 1996, p.68)

Portanto, não se pode falar de uma idéia de cultura pura, pois os povos interagem entre si, trocando constantemente elementos culturais. Neste trabalho, em que se focaliza a identidade cultural e étnica do povo judeu no Amazonas, o papel da memória e tradição, passada de geração em geração, tendo por base a cultura como um processo dinâmico, será essencial para compreendermos parte de mais uma das diásporas judaica. Hall, ainda enfatiza que esses deslocamentos transnacionais, a qual chamamos de diáspora se caracteriza por uma grande heterogeneidade:

A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção ‘identidade’ que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença.” (1996, p. 75)

E através do diálogo cultural estabelecido pelos judeus com os outros povos, gerando muitas vezes um “hibridismo” cultural, que os elementos da cultura judaica puderam resistir e sobreviver no decorrer da história. Nesse cenário de dispersão contemporânea os imigrantes desenvolvem e mantêm múltiplas relações, familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas ampliando as fronteiras e colocando em inter-relação o global e o local, e dispendo de um conjunto de questões que têm sido discutidos num campo imenso de estudos interdisciplinares nos estudos migratórios.

A identidade aqui entendida situa-se no campo antropológico, cujo viés apresenta-a como um elemento construído historicamente pelos sujeitos na relação e interação espaço-temporal com a alteridade, com o Outro. Assim, cabe citar Berger e Luckman (1985) que apresentam a identidade no contexto da relação do indivíduo com a sociedade, o que nos permite fugir da dicotomia indivíduo e sociedade e entender a identidade como uma construção coletiva.

Para os referidos autores, o processo de tornar-se homem, dar-se na relação com o meio, ou seja, o ser humano em desenvolvimento, não apenas se relaciona com o meio natural particular, mas com uma ordem cultural e social que é mediatizada por vários significativos. Assim, diferentemente dos animais que possuem uma natureza fixa, o homem coletivamente constrói sua própria natureza humana e produz a si mesmo.

Isso por sua vez não nos leva a entender que o ser humano é um homem genérico, pois o caráter do eu como produto social não se limita a configuração particular que o indivíduo identifica como sendo ele mesmo, mas passam pela experiência individual e cotidiana de cada ser. “A vida cotidiana é a vida do indivíduo, e este é simultaneamente, ser particular e ser genérico” (HELLER, 1970, p. 20), ou seja, os indivíduos ao mesmo tempo em que constroem socialmente seus valores, regras e restrições, possuem formas particulares de interiorizar e exteriorizar a cultura.

A interpretação de Berger e Luckman (1985) da relação indivíduo e sociedade, apoiado à noção de cotidiano elaborado por Heller (1970), nos conduzem a uma identidade construída, individual e grupalmente, cuja legitimidade se concretiza na vida cotidiana, que não está “fora da história”, mas no centro do acontecer histórico-social, e se constitui na essência da substância da identidade de um grupo.

Apesar dos fatores econômicos servirem de explicação para o fenômeno da migração, esta não pode ser vista de maneira unilateral, uma vez que a imigração tem uma sobreposição entre o estudo do fenômeno migratório em si e o estudo das comunidades imigrantes ou étnicas (Thomson, 2002). Não cabe nesse trabalho problematizar essa distinção, visto que nosso objetivo está em por meio da história da imigração identificar os processos pelos quais os imigrantes, individual e coletivamente, se estabelecem em uma nova região, e pelas maneiras em que as redes de trabalho e os estilos de vida do local de origem são recriados e modificados no novo ambiente.

Maurice Halbwachs (2006) diz que pela memória o passado vem à tona, mesclando-se com as percepções imediatas, empurrando-as para a periferia, ocupando todo o espaço da consciência. Para ele, a natureza da lembrança é social, sendo ela resultante do efeito de várias séries de pensamentos coletivos entrelaçados.

Para Halbwachs (2006), a memória coletiva é um fato social, e serve de âncora para cada indivíduo. Os homens devem apoiar-se nesta âncora para poder recuperar o caminho de volta para o passado. É preciso conectar aos elos que se alojam entre passado e presente para

que deles se possa ativar a memória, que corresponderiam aos lugares da memória, que nos acompanham por toda a nossa vida.

Reinterpretando essa tradição durkheimiana, que trata os fatos sociais como coisas e acentuam o poder coercitivo da memória, tornando-a seletiva e fruto da negociação da memória grupal e individual, Pollak (1989), não apenas trata a memória como coisa positiva, mas, propõe uma análise construtivista de entender como os atores sociais constroem reconstroem suas memórias.

Tendo como suporte essa dupla diferenciação, nosso trabalho procurou compreender a memória como processo individual e grupal, que tanto pode estar sujeita a dominação coletiva, como pode caracterizar-se como memória subterrânea.

Essa memória coletiva e individual se constituirá na primazia deste trabalho, o que significa produzir uma história científica com fontes tão importantes como a documental. Contudo, é necessário ressaltar que apesar dos documentos escritos possuírem um papel complementar, eles, não são menos importantes na análise das relações sociais, culturais e étnicas dos judeus amazônicos.

Os judeus inseridos na sociedade amazônica assumiram diversos papéis e funções sociais que revelam grau de complexidade presente nessas relações. Assim, podemos caracterizar o judaísmo amazônico a partir de suas ressignificações e continuidades culturais. As instituições de destaque foram retiradas da leitura das fontes, o que não supõe um enquadramento da pesquisa em quadros já formados, mas sugere um constante diálogo com a experiência concreta vivenciada por nossos imigrantes

Referências

- ARENDDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BARTH, Fredrich. Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Unesp, 1998.
- BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia. Rio de Janeiro: Conquista, 2007.
- BENCHIMOL, Samuel. Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2008.
- BENTES, Abraham Ramiro. Das ruínas de Jerusalém a verdejante Amazônia- Formação da primeira comunidade israelita brasileira. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1987.

- BERGER Peter; LUCKMAN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes: 1985
- CASSIRRE, Ernest. Uma chave para compreender a natureza do homem: o símbolo: “Das reações animais as respostas humanas” In: Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994
- FALBEL, Nachman. Judeus no Brasil: estudos e notas. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1989
- GRINBERG, Keila (org.). Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- LARROSA, J., LARA, N.P. (orgs). Imagem do outro. Rio de Janeiro: Vozes, 1998
- LIBERMAN, Maria. Os judeus na Amazônia séculos XIX e XX. USP, 2009 (Dissertação de Doutorado)
- MOREIRA, Eidorfe. Presença Hebraica no Pará. Belém, 1972.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.
- SORJ, Bila (org.). Identidades judaicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Imago, 1997
- SORJ, Bernardo. Sociabilidade brasileira e identidade judaica. In: SORJ, Bila (org.). Identidades judaicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Imago, 1997
- THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. Revista brasileira de História. São Paulo, v.22, n° 44, PP. 341-364, 2002.
- TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- WEINSTEIN, Barbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: HUCITEC: EUSP, 1993.